

Ata n.º 30/2025

Reunião Pública Ordinária de 18 de dezembro de 2025

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte cinco, pelas nove horas e trinta minutos, no salão nobre do edifício dos Paços do Município de Santa Cruz da Graciosa, reuniu ordinariamente, a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, estando presentes, o Senhor Presidente António Manuel Ramos dos Reis, o Vice-Presidente Bruno Alexandre Teixeira da Silveira, o Vereador Paulo Jorge Leite da Cunha, o Vereador Ricardo Bettencourt Ramalho. Faltou, por motivo justificado, a Vereadora Lara Isabel Freitas Sousa, que ao abrigo número 1 do artigo 78.º e número 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, se fez substituir por Marco Nuno Costa e Silva.

Período antes da Ordem do dia

O Senhor Presidente deu início à reunião cumprimentando os senhores Vereadores e de seguida foi presente o Resumo Diário da Tesouraria, referente ao dia 17 de dezembro, que acusava o seguinte saldo: Operações orçamentais 3.053.709,16€ e Operações não orçamentais 14.122,94€. Tendo em conta o disposto no n.º 5º do art.º 5º do Regimento da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, aprovado em Reunião ordinária de 6 de novembro de 2025, aditou-se à Ordem do Dia os pontos, aos quais se atribui o n.º 12 e n.º 13. Foi dado conhecimento da Alteração n.º 8 ao Orçamento da Despesa de 2025 e às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR).

No uso da palavra o Vereador Paulo Cunha solicitou informações sobre o ponto de situação do edifício onde funciona a Rádio Graciosa, tendo sugerido que o Município solicite o edifício para sua posse, uma vez que já funcionam associações naquele local e são realizadas pequenas intervenções de manutenção. Também sugeriu que o Município faça o mesmo com a Casa dos Magistrados. Alertou também para necessidade de manutenção das estradas, regularização de ramais e correções em passeios que se encontram danificados devido a certas árvores.

O Presidente respondeu que o objetivo do Município é claramente solicitar para sua posse os edifícios em questão, estes imóveis pertencendo ao Município é objetivo ainda incluí-los num projeto e concorrer a fundos comunitários para serem alvos de uma intervenção de raiz.

O Vereador Paulo Cunha ainda no uso da palavra, questionou sobre a situação da Rua de Nossa Senhora da Ajuda, nomeadamente para quando está prevista a sua regularização e da curva. Alertou ainda para a entrada de viaturas na Praça de São Francisco, uma vez que existe um Parque Infantil na zona e pode ser perigoso.

O Presidente da Câmara em resposta informou que o objetivo é repor o muro da forma original e regularizar a estrada, já foram apresentadas duas soluções, das quais não agradou o Município. No que respeita ao acesso de viaturas à Praça de São Francisco, é uma preocupação e até já foi colocado duas soluções de barreiras rebatidas, mas que infelizmente não tem resultado.

O Vereador Ricardo Ramalho solicitou informações do Sistema de Bicicletas Elétricas, uma vez que as mesmas não têm estado em funcionamento.

O Presidente da Câmara informou que o sistema está com necessidade de manutenção, e que a Câmara Municipal irá mais uma vez efetuar a devida reparação.

O Vereador Marco Silva no uso da palavra questionou o Executivo da responsabilidade de manutenção do espaço exterior ao Aeroporto, nomeadamente o corte de ervas do estacionamento.

O Presidente da Câmara informou que essa responsabilidade tem sido dos Serviços de Ilha da Secretaria Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas.

O Vereador Paulo Cunha solicitou a palavra e sugeriu que a Câmara adquirisse um terreno junta à curva da Rua Nossa Senhora da Ajuda para estacionamento e ligação juntamente com os terrenos da Santa Casa da Misericórdia de Santa Cruz da Graciosa para apoio na zona da Escola Primária de Santa Cruz.

O Presidente da Câmara acatou a sugestão e será mais uma proposta a ter em consideração para aquele local.

Ordem do dia

1 – Festa de Natal de Utentes e Colaboradores das IPSS da Ilha Graciosa.

Considerando que as IPSS desempenham um papel fundamental na prestação de serviços sociais e de saúde aos graciosenses, foi deliberado por unanimidade a proposta do Senhor Presidente da atribuição de um apoio para a realização das Festas de Natal: da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Santa Cruz da Graciosa e à Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia da Graciosa, no valor de 1200€ cada; e ao Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Luz no valor de 500€, destinado a comparticipar as despesas inerentes à organização

da Festa de Natal para colaboradores e utentes. O Vereador Paulo Cunha sugeriu que o Município realiza-se um único jantar com todos os utentes das IPSS. Aquando da votação o Vice-Presidente Bruno Silveira e o Vereador Ricardo Ramalho, ausentaram-se da sala por ser familiar e membro dos órgãos sociais das instituições em questão, respetivamente.

2 – Filarmónica União Progresso de Guadalupe - Pedido de Apoio.

Tendo em conta que a Filarmónica União Progresso de Guadalupe participou num intercâmbio cultural com o Coro de São Paulo, Leiria, realizado entre os dias 28 de novembro e 2 de dezembro do corrente ano, promovendo a valorização cultural, troca de experiências musicais e o reforço das relações, culminando com a apresentação do espetáculo “Magnificat” no Centro Cultural da Ilha Graciosa, foi deliberado por unanimidade conceder um subsídio no valor de 400€ como forma de apoio as despesas decorrentes na organização do referido intercâmbio. Aquando da votação o Vereador Marco Silva ausentou-se da sala por ser membro dos órgãos sociais da coletividade.

3 – Coro de São Mateus - Pedido de apoio.

Foi aprovada por unanimidade a proposta do Senhor Presidente para atribuição de um apoio financeiro no valor de 400€ ao Coro de São Mateus, visando compensar parcialmente, as despesas inerentes ao intercâmbio realizado com o Grupo Coral de Nossa Senhora de Fátima, que decorreu entre os dias 28 de novembro e 1 de dezembro do corrente ano na Ilha Graciosa.

4 – Projeto de Regulamento do Conselho Local de Educação de Santa Cruz da Graciosa.

Foi apresentado pelo Senhor Presidente uma proposta para aprovação e submeter o projeto de “Regulamento do Conselho Local de Educação de Santa Cruz da Graciosa”, a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo, para o efeito, à sua publicação no Diário da República e na Internet, no sítio institucional do Município, conforme o disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo. O Vereador Paulo Cunha, questionou se a EBS da Graciosa apresenta um plano de atividades ao Município e se este regulamento está previsto na lei? Ao qual o Senhor Presidente afirmou que é necessário aproximar mais o Município à comunidade Escolar, este regulamento irá ajudar e até elaborar planos para o apoio dos diversos sistemas e iniciativas. O Vereador Ricardo Ramalho afirmou ser um conselho importante e na composição do mesmo deveria constar

membros do quadro docente e a Assembleia de Escola deveria nomear três membros a integrar no mesmo. Foi alterada a alínea e) do artigo 5º que passa a ser "Um representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social que exerçam atividade no concelho". Colocado a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade com as alterações propostas.

5 – Atribuição de Subsídios às Coletividade da Ilha Graciosa - Ata N.º 2.

Foi apresentado pelo Senhor Presidente a Ata n.º 02/2025, da Comissão de Análise das Candidaturas para atribuição de subsídio às coletividades, que se anexa a esta ata, para Atribuição de Subsídios às Coletividades da Ilha Graciosa, com o valor a atribuir de 49.372,50€. Colocada a votação a proposta foi aprovada por unanimidade. Aquando da votação deste ponto o Vice-Presidente Bruno Silveira, e o Vereador Marco Silva, ausentaram-se da sala, por ser familiar e membro dos órgãos sociais de algumas coletividades apoiadas.

6 – Constituição de Compropriedade.

De acordo com o n.º 1 do artigo 54.º da lei n.º 91/95, de 02 de setembro, na sua atual redação, a celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer da Câmara Municipal do local da situação dos respetivos prédios. Desta forma o Senhor Presidente colocou a votação o requerimento apresentado por Patrícia Raquel Melo da Luz e Dércio André da Silva Picanço (MGD n.º 3765, de 14/11/2025), com os pareceres internos da DUOFDS (MGD n.º 2121/2025 de 28/11) e da DAF - Serviços Jurídicos (MGD n.º 2134/2025, de 02/12), prédio localizado no Morro, Freguesia da Luz deste concelho, o qual foi aprovado por maioria deliberar o pedido como favorável, condicionado ao não fracionamento físico do prédio, com base no parecer jurídico. Os vereadores do Partido Socialista abstiveram-se com base no parecer jurídico.

7 – Obras Particulares.

Ao abrigo das competências específicas estabelecidas pelo Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), nomeadamente as descritas nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º, para efeito do cumprimento do previsto no artigo 23.º, todos do referido diploma legal, com base nos pareceres técnicos analisados pela Secção de Urbanismo, Obras, Fiscalização e Desenvolvimento Socioeconómico desta Autarquia, anexos à referida Proposta – vide

Relação de Processos de obras particulares sujeitos a licenciamento a deliberar em Reunião de Câmara do dia 18/12/2025.

Foi aprovado por unanimidade indeferir o projeto de arquitetura, referente à obra descrita no processo n.º 25/2025LIC, de 01 de agosto, com vista a construção de garagem, requerido por Márcio Miguel da Silva Melo, obra sita em Carapacho, Freguesia da Luz, Concelho de Santa Cruz da Graciosa, na sequência de parecer desfavorável ao Projeto de Arquitetura, MGD n.º 2197.

8 – Alteração de Lotes na Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa.

Foi deliberado efetuar a comunicação da referida listagem atualizada à Conservatória do Registo Predial e à Autoridade Tributária para efeitos de formalização das alterações aos lotes da Zona Industrial de Santa Cruz da Graciosa.

9 – Liquidação de Empréstimos.

Foi deliberado, por maioria com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, submeter a Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, para efeitos de apreciação e eventual aprovação da mesma, o pedido para liquidar a totalidade dos empréstimos bancários, junto das seguintes instituições financeiras: Caixa de Crédito Agrícola no valor 263.579,15€ e Banco Santander Totta no valor de 272.459,92€, num total destas operações de 536.039,07€, ficando o Município de Santa Cruz da Graciosa sem qualquer dividas bancárias. O Vereador Paulo Cunha no âmbito dos documentos financeiros analisados, concluiu que a Câmara Municipal está bem financeiramente e questionou se o Presidente tem programado investimento para o valor da poupança no que respeita aos juros. O Presidente da Câmara confirmou a situação e com esta liquidação, o Município fica com total capacidade de endividamento o que permite realizar um investimento de maior dimensão, como por exemplo na questão das águas, caso os eixos dos apoios comunitários estejam disponíveis. O Vereador Ricardo Ramalho solicitou a palavra e questionou qual a capacidade máxima de endividamento da Câmara e qual o valor de poupança no que respeita aos juros, referiu ainda que este pedido espelha a falta de dinamismo do executivo, uma vez que não têm projetos em carteira e com este valor daria para investir com apoio comunitário uma verba a rondar os três milhões euros. O Presidente da Câmara informou que não existem eixos a fundos comunitários abertos e com esta medida a Câmara Municipal irá beneficiar de sessenta mil euros em juros e terá uma capacidade de endividamento de cerca de cinco milhões de euros e após a aprovação do orçamento de

estado conforme as delimitações aprovadas, o valor previsto, será de um milhão de euros. Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto: Os vereadores do Partido Socialista abstiveram-se neste ponto e não foi por falta de dinheiro que não foi realizado investimentos. Com este valor o Município poderia ter um investimento a rondar os três milhões de euros. O Presidente da Câmara referiu que com esta capacidade de endividamento o Município fica apto a realizar projetos cruciais como a substituição da rede de águas, estradas e Estratégia Local de Habitação.

10 – Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal.

Conforme proposto pelo senhor Presidente da Câmara, foi aprovado, por unanimidade, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 28.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal que reúna extraordinariamente com o objetivo de apreciar e eventualmente aprovar as propostas que lhe foram remetidas pela Câmara.

11 – Orçamento 2026 e Grandes Opções do Plano 2026/2030.

O Presidente da Câmara procedeu à apresentação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2026, expondo o seguinte "Para efeitos do disposto na alínea c) do número 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o executivo municipal elaborou as opções do plano e a proposta do orçamento, contendo o respetivo mapa de pessoal. Com o objetivo de preservar o equilíbrio financeiro da autarquia, pagar os vencimentos atempadamente e efetuar os pagamentos aos fornecedores dentro dos prazos, o Município elaborou este documento com realismo, ambição e, sobretudo, com um elevado sentido de responsabilidade. Numa altura em que os investimentos reprodutivos se mantêm essenciais para criar dinamismo económico, desenvolvimento e consequente criação de emprego, não se pode descurar os investimentos de base, fundamentais para a qualidade de vida dos Graciosenses e que ainda estão por concluir. Concluída a empreitada da Rede de Águas do Tanque, é crucial continuar a substituir toda a rede de abastecimento de águas do concelho. Vamos iniciar a substituição da Rede de Água do Caminho da Igreja, na freguesia de Guadalupe, preparar os projetos para as restantes fases de substituição das referidas redes em todo o concelho. Este executivo aposta na habitação, rede viária municipal, especialmente nos caminhos onde habitam pessoas. Com a conclusão da reabilitação do Caminho da Esperança Velha e o do Caminho Velho dos Fenais, lançaremos no início de 2026 a empreitada de reabilitação dos caminhos do Meio Moio, de Trás do Pico

e Amarelos, em conjunto no mesmo procedimento. O apoio ao setor empresarial, iremos impulsionar a STARTUP GRACIOSA criando condições para o empreendedorismo jovem e a inovação local. Todas as coletividades, essenciais no desenvolvimento do nosso concelho, continuarão a ter um peso significativo. A autarquia prevê continuar a apoiar instituições desportivas, culturais, religiosas, de solidariedade social, entre outras, que promovam atividades e eventos na ilha, mantendo especial atenção à Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Ilha Graciosa. No âmbito do Desporto, a aposta contínua na modernização e dinamização da "Cidade do Desporto" é uma aposta, com a construção de novas valências que promovam a prática desportiva e dar continuidade aos melhoramentos nas restantes infraestruturas desportivas existentes. Relativamente à beneficiação do Núcleo de Recreio Náutico na Baía da Barra e à construção da respetiva marina, o executivo, após receber a revisão do projeto, irá lançar novamente o procedimento concursal. Pretende-se continuar a beneficiar e requalificar os edifícios escolares. Com o objetivo de lançar o concurso no início de 2026, manteremos o foco na empreitada de remodelação e ampliação da escola primária de Guadalupe. Prosseguir com o investimento nas infraestruturas de apoio à recolha de resíduos e promover ações de sensibilização. Dar continuidade aos investimentos na segurança e qualidade das zonas balneares, com especial atenção para solários, equipamentos e acessos. Continuar a aposta cultural e dinamização do Centro Cultural da Ilha Graciosa e Carnaval. Prosseguir com as manutenções e valorização do património do Município. Criar eventos e dinamizar iniciativas para serem abrangidos os titulares dos cartões sénior e jovem municipal. Será dada continuidade ao apoio direto a todas as atividades escolares, nomeadamente em questões de transporte para as várias atividades, e funcionamento do Centro de Atividades e Tempos Livres do município. Dar-se-á continuidade à modernização administrativa e particularmente à promoção turística do concelho, com a aposta nos diversos eventos que ocorrem na ilha e no exterior. O trabalho em cooperação e parceria com todas as juntas de freguesia e serviços governamentais é um objetivo claro deste executivo. O presente orçamento do Município totaliza 6.850.046.00€ (seis milhões, oitocentos e cinquenta mil e quarenta e seis euros), sendo a receita corrente de 5.488.915.00€ (cinco milhões, quatrocentos oitenta e oito mil novecentos e quinze euros), a despesa corrente de 4.584.301.00€ (quatro milhões quinhentos oitenta e quatro mil trezentos e um euros), a receita de capital de 1.361.131.00€ (um milhão, trezentos sessenta e um mil cento e trinta e um euros), a despesa de capital de 2.265.745€ (dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil setecentos e quarenta e cinco euros). Com base neste

equilíbrio financeiro, estamos convictos de que esta proposta é a melhor aplicação dos recursos financeiros do Município, servindo os interesses da ilha Graciosa e dos seus habitantes.” Colocado a votação o mesmo foi aprovado por maioria com a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista que apresentaram a seguinte declaração de voto: Os vereadores do Partido Socialista, Paulo Cunha e Ricardo Ramalho, analisaram os documentos relativos ao Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa para o ano de 2026. Na nossa opinião os documentos apresentados não concretizam vários investimentos que entendemos ser prioritários para o desenvolvimento da ilha Graciosa. Com o Orçamento de 2026 o executivo municipal vai continuar a adiar obras e investimentos e a fazer pouco mais do que a gestão corrente da autarquia devido à falta de estratégia para impulsionar o desenvolvimento do nosso concelho. No nosso entender, é imperioso planificar e adotar estratégias para captar investimento externo e aproveitar ao máximo os fundos comunitários disponíveis para contrariar o processo de estagnação económica e a desertificação humana que se assiste na ilha. Nos documentos apresentados constata-se que as verbas dos apoios comunitários são quase insignificantes, situação que comprova a falta de ambição e dinamismo deste executivo na captação de fundos comunitários para a nossa ilha. O exemplo mais flagrante, da falta de ambição do executivo municipal, é o prometido investimento na Habitação e nos Bairros Municipais, através da operacionalização da Estratégia Local de Habitação que previa inicialmente um investimento de 28 milhões de euros com recurso a fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Em 2026, último ano para executar o PRR, está apenas orçamentado um investimento de pouco mais de 23 mil euros na operacionalização da estratégia habitacional. Esta situação comprova que o apoio à Habitação, com recurso a financiamento comunitário disponível, nunca foi, e continua a não ser, uma prioridade para este executivo municipal. Desta forma a economia da Graciosa vai perder muito investimento que resolvia também diversas carências habitacionais de muitas famílias graciosenses. Constatamos também que a requalificação e manutenção da rede viária municipal prolonga-se no tempo e, naturalmente, adia as urgentes necessidades que as estradas municipais apresentam. O projeto da marginal de Santa Cruz, designado nos documentos como Percurso Urbano-Marítimo Interpretativo entre Fortes, que é essencial para potenciar toda a frente marítima entre a futura marina e o centro de Santa Cruz, continua adiado e à espera de melhores dias. A construção de um Aquaparque, que no próximo ano tem prevista, novamente, uma verba de dez mil euros não devia ser uma prioridade. Prioritário, na nossa opinião, deve ser a aposta na melhoria das zonas

balneares naturais existentes. Outra situação que preocupa os vereadores do Partido Socialista é os escassos investimentos previstos nas áreas sociais, nomeadamente no apoio à habitação degradada com apenas 10 mil euros e na Educação onde é prioritário reabilitar o parque escolar municipal. Por fim, valorizamos o aumento dos apoios atribuídos às Juntas de Freguesia e aos Bombeiros, conforme reivindicado pelo PS, para fazer face aos custos da inflação. Em conclusão, este Orçamento não concretiza as prioridades do Partido Socialista, contudo vamos continuar a apresentar propostas para contribuir para o desenvolvimento da nossa terra. Assim, responsavelmente, abstivemo-nos na votação do Plano e Orçamento para 2026 para que o atual executivo municipal tenha todas as condições para governar o Município no próximo ano.

12 – Empreitada de Remodelação e ampliação da Escola Primária de Guadalupe – Assunção de compromissos.

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianual para a empreitada “Remodelação e ampliação da Escola Primária de Guadalupe”.

13 – Fiscalização da Empreitada de Remodelação e ampliação da Escola Primária de Guadalupe – Assunção de compromissos.

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a assunção de compromissos plurianual para a fiscalização da empreitada “Remodelação e ampliação da Escola Primária de Guadalupe”.

Intervenção do Público

Foi aberto o período para intervenção do público, conforme previsto, não tendo comparecido qualquer cidadão nem havido manifestações ou pedidos de palavra.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a reunião de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.



santa
cruz da
graciosa
CÂMARA MUNICIPAL

Câmara Municipal

O Presidente da Câmara,

O Vice-Presidente da Câmara,

Os Vereadores,

Ricardo Bettencourt Romalho

Marco V. P. Silva

A Assistente Técnica,



santa
cruz da
graciosa
CÂMARA MUNICIPAL


Câmara
Municipal



Ata n.º 2/2025

Comissão de Análise das Candidaturas para Atribuição de Subsídio às Coletividades da Ilha Graciosa

Ao décimo segundo dia do mês de dezembro do ano dois mil e vinte cinco, reuniu a Comissão nomeada para análise e acompanhamento dos processos de atribuição de subsídios às coletividades da Ilha Graciosa, estando presentes o Vereador Paulo Jorge Leite da Cunha e a Técnica Superior Cristina Santos Bettencourt. Faltou por motivo justificado, o Senhor Presidente António Reis, que se fez substituir pelo membro suplente Vereadora Lara Isabel Freitas Sousa.

Iniciada a reunião foi apresentada as candidaturas e respetivos relatórios de vinte e cinco coletividades, tendo as mesmas sido analisadas consoante os critérios definidos no Regulamento dos Critérios de Atribuição de Subsídios às Coletividades da Ilha Graciosa. No que concerne à Sociedade Recreativa da Vitória e à Associação dos Artesãos da Ilha Graciosa, as mesmas não apresentaram até à data os respetivos RCB, pelo que o respetivo apoio só deverá ser deliberado se as mesmas o apresentarem até à data da Reunião de Câmara. Das restantes coletividades os respetivos relatórios não apresentavam deficiências a suprir.

À Comissão de Análise chegou o pedido do Graciosa Futebol Clube, para atualização do relatório, com a introdução da Equipa Feminina e de Veteranos, que não tinha sido contemplado no mesmo, situação aprovada pela comissão.

Assim, elaborou-se a tabela que se anexa a esta Ata, com as coletividades e os respetivos subsídios propostos para atribuição, no valor de 49 372,50€ (quarenta e nove mil trezentos e setenta e dois euros e cinquenta cêntimos.)

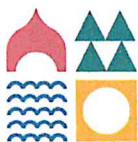
morada
Largo Vasco da Gama
9880-352 sta. cruz da graciosa

Email
geral@cm-graciosa.pt

telefone
295 730 040

Página - 1 de 2

www.cm-graciosa.pt



santa
cruz da
graciosa
CÂMARA MUNICIPAL

Câmara
Municipal

À consideração superior.

A Comissão de Análise

Paulo Jorge Leite da Cunha

Cristina Santos Bettencourt

Lara Isabel Freitas Sousa

morada
Largo Vasco da Gama
9880-352 sta. cruz da graciosa

Email
geral@cm-graciosa.pt

telefone
295 730 040

Página - 2 de 2

www.cm-graciosa.pt

APOIO AO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

2025

Clubes Desportivos	Sporting Clube de Guadalupe	6 085,00	
	Graciosa Futebol Clube	4 985,00	
	Grupo Desportivo Luzense	2 450,00	
	Sport Clube Marítimo	4 560,00	
	Grupo Despotivo Mocidade Praiense	4 062,00	
	Santa Cruz Sport Club	2 995,00	
	Associação Cultural Desportiva R. da Graciosa	1 442,50	
	Clube Veteranos Ilha Graciosa	1 297,50	
	Clube Desportivo Escolar Ilha Branca	2 100,00	
	Clube Naval da Ilha Graciosa	940,00	
	Graciosa Futebol Clube _Adenda	1 525,00	
	Sub-total		32 442,00
Filarmónicas	Filarmónica Recreio dos Artistas	3 250,00	
	Sociedade Filarmónica União Praiense	3 910,00	
	Filarmónica União Popular Luzense	3 910,00	
	Filarmónica União Progresso Guadalupe	3 690,00	
	Sub-total		14 760,00
Coros	Coro de São Mateus	1 820,00	
	Coro da Matriz de Santa Cruz da Graciosa	2 140,00	
	Grupo Coral Nossa Senhora da Luz	1 600,00	
	Coro Nossa Senhora de Guadalupe	1 550,00	
	Sub-total		7 110,00
Casas do Povo	Casa Povo da Praia	940,00	
	Casa do Povo de Guadalupe	1 160,00	
	Sub-total		2 100,00
Outras Instituições	Liga dos Combatentes	x	
	Associação Equestre Graciosense	x	
	Associação dos Músicos da Ilha Branca	940,00	
	Associação Amigos dos Animais da Ilha Graciosa	500,00	
	Associação Cultural a Semente	940,00	
	Associação de Táxis da Ilha Branca	500,00	
	Associação de Artesãos da Ilha Graciosa	940,00	
	Moto Clube da Ilha Graciosa	720,00	
	Irmandade do Espírito Santo Nossa Senhora da Luz	500,00	
	Academia Musical da Ilha Graciosa	500,00	
	Associação Graciosense de Solidariedade Social	x	
	Sociedade Recreativa da Vitória	1 160,00	
	Associação Sócio-Cultural de Nossa Senhora das Dores	500,00	
	Centro Social e Paroquial de N. Sra Da Luz	940,00	
	Irmandade do Império do Espírito Santo de Nossa Senhora da Esperan	500,00	
	Associação de Criadores e Amigos do Burro Anão da Ilha Graciosa	940,00	
	Irmandade dos Bodos das Fontes	720,00	
	Irmandade do Divino Espírito Santo da Fonte do Mato	500,00	
	Sub-total		10 800,00
Escuteiros	Agrupamento 944 Guadalupe	1 190,00	
	Agrupamento 434 Santa Cruz	1 190,00	
	Junta de Núcleo da Ilha Graciosa do CNE	1 290,00	
	Sub-total		3 670,00
	TOTAL		70 882,00

ATA nº1	21 509,50 €
ATAnº2	49 372,50 €